

## ARQUEOLOGIA JÊ DO SUL DO BRASIL: AMBIENTE, SISTEMA, PODER E EXPERIÊNCIA NA PAISAGEM DE URUBICI, SANTA CATARINA

Rafael Corteletti\*  
Paulo DeBlasis\*\*

**Resumo:** Neste texto será debatida uma “estratigrafia da paisagem” Jê do Sul do Brasil, através do uso do conceito paisagem em diversos gradientes, desde uma abordagem natural até uma abordagem cultural. Será observada a “paisagem como ambiente”, isto é, a paisagem abordada como reconstrução de ambientes específicos, a partir de estudos de paleo-ambiente; a “paisagem como sistema”, ou seja, a paisagem compreendida através da criação de padrões de atividades intra e inter-sítios; a “paisagem como poder”, ou seja, a paisagem interpretada como fator de manipulação ideológica nas relações de dominação e resistência; e a “paisagem como experiência”, isto é, a paisagem percebida e imbuída de significado em função de esquemas sociais ou cosmológicos.

**Palavras-chave:** Arqueologia da paisagem; Jê do Sul; Santa Catarina.

**Abstract ou Resumen:** In this text, a “landscape stratigraphy” of the Southern Jê groups of Brazil will be debated through the use of the landscape concept in several gradients, from a natural to a cultural approach. It will observe the “landscape as environment”, i.e. the landscape addressed as reconstruction of specific environments, from paleo-environment studies; the “landscape as system”, that is, the landscape understood through the creation of patterns of activities within and between sites; the “landscape as power”, that is, the landscape interpreted as a factor of ideological manipulation in the relations of domination and resistance; and the “landscape as experience”, that is, the landscape perceived and imbued with meaning in terms of social or cosmological schemes.

**Keywords ou Palabras clave:** Landscape archaeology; Southern Jê; Brazilian archaeology

\* Universidade Federal de Pelotas – UFPel,  
Pelotas, RS, Brasil.  
Professor do Departamento de Antropologia e  
Arqueologia  
E-mail: rafacorteletti@hotmail.com

\*\* Universidade de São Paulo – USP,  
São Paulo, SP, Brasil.  
Professor do Programa de Pós-Graduação em  
Arqueologia do Museu de Arqueologia e  
Etnologia – MAE  
E-mail: deblasis@usp.br  
DOI: 10.19177/memorare.v5e22018132-164



REVISTA  
MEMORARE

UNISUL  
www.portaldeperiodicos.unisul.br  
ISSN 2358-0593

## 1. Introdução

A paisagem é uma imagem cultural, ou seja, um produto cultural e social representando, estruturando ou simbolizando o todo (COSGROVE 1984). É possível ir além e dizer que a paisagem é uma complexa articulação entre o lugar, seus habitantes e seus valores, ou seja, que paisagem é um termo tão complexo e ideologicamente carregado como cultura (SHANKS 2001). Ela se manifesta em produtos materiais de diferentes escalas que se correspondem com os diferentes níveis espaciais das práticas sociais (CRIADO BOADO 1999). Assim sendo, a paisagem vai além da mera descrição de características físicas, pois é uma maneira de ver e de pensar a respeito do mundo físico, congregando a visão de cientistas e de leigos e como cada qual atribui significado e percebe o que é cultura (JOHNSON 2007). Em síntese, a paisagem é o mundo conhecido por quem nele vive, por quem circula pelos seus caminhos e conhece seus lugares (INGOLD 2000). A arqueologia da paisagem é uma “arqueologia de lugares” (numa referência de David & Thomas 2010 a “*archaeology of place*” de Binford 1982), que vai além da caracterização de lugar como pontos que se conectam no espaço, mas com todas as dimensões possíveis – empírica, social, ontológica, epistemológica, emocional – fazendo com que lugar e localização envolvam identidade social, tanto quanto os aspectos econômicos e ambientais da vida. A paisagem é, enfim, o resultado da equação entre pessoas, sua cultura, e a terra em que elas habitam e é central para as sistemáticas do tempo-espaço da arqueologia (SHANKS 2001).

Nesse texto será debatida uma “estratigrafia da paisagem” Jê do Sul do Brasil, através do uso do conceito paisagem em diversos gradientes, desde uma abordagem natural até uma abordagem cultural: observando a paisagem como ambiente; como sistema; como poder, e como experiência. A organização da paisagem em diferentes camadas retroalimentadas é uma maneira equilibrada de apresentar os dados e possibilita refletir como a paisagem é investigada e interpretada. O mapeamento inicial na região de Urubici, Santa Catarina, realizado em 2009 e 2010, foi uma prospecção extensiva que identificou mais de 100 sítios arqueológicos ao longo do Rio Canoas e de alguns de seus afluentes (a maioria dos sítios é relacionado ao sistema de assentamento Jê Meridional – tradição Taquara-Itararé – veja detalhes em CORTELETTI 2010, 2012). As pessoas que habitaram e construíram esse cenário devem ser entendidas, ao

mesmo tempo, como parte da natureza e à parte dela, ou seja, devemos compreender os antigos habitantes de Urubici como agentes reprodutores e, ao mesmo tempo, transformadores de uma condição historicamente preexistente (PREUCCEL & HODDER 1996). Assim sendo, é possível reconhecer essa região como uma paisagem Jê do Sul, com uma longa sucessão de estórias-até-agora (MASSEY 2009), atestadas pela grande densidade e variabilidade tipológica de sítios arqueológicos distribuídos diacronicamente.

## 2. Sistemas Jê no Sul do Brasil

O território reconhecido destes povos é uma vasta e ecologicamente diversa região que ocupa terras desde a costa atlântica até o Rio Paraná em áreas dos estados brasileiros de Mato Grosso do Sul (MS), São Paulo (SP), Paraná (PR), Santa Catarina (SC) e Rio Grande do Sul (RS), além da província argentina de Misiones (MI) (Noelli 2004). De maneira geral, essa região é composta por quatro ecótonos: na costa atlântica, a planície litorânea com lagoas e restingas; um pouco para o interior, a encosta da serra com vales florestados pela Mata Atlântica; no topo das serras, o planalto com campo e araucárias; e, mais a oeste, onde as altitudes decrescem novamente, os vales da floresta subtropical.

Diversos autores em diferentes momentos da história da arqueologia dos grupos Jê abordaram o tema de como tais grupos se distribuíam e implantavam seus assentamentos, ou seja, como eles organizavam o seu território. É importante apresentar uma síntese destas pesquisas buscando semelhanças e divergências no discurso e interpretações apresentadas, para então podermos analisar a “estratigrafia da paisagem” em Urubici.

Schmitz (1988) propõe que os grupos do planalto tinham “um povoamento estável, [composto] por uma população de certa densidade” e complementa (em SCHMITZ & BECKER 1991), que o domínio sazonal das lagoas costeiras, encostas da Mata Atlântica e do planalto das araucárias daria maiores chances de sobrevivência aos grupos que ocupavam a faixa territorial do nordeste do RS (portadores dos utensílios da subtradição Taquara), já que o sistema econômico deles era “altamente vulnerável e a falta de qualquer uma destas áreas poria em risco a sobrevivência da população”.

Anos depois Reis (1997), em sua síntese da região sul do Brasil, utiliza o modelo de mobilidade proposto por Binford (1990) reiterando a alta mobilidade destes povos pelos ambientes do alto planalto, encosta e litoral. Todavia ele sinaliza para a contradição que o investimento na construção de estruturas semissubterrâneas e este modelo de mobilidade evocam.

Dias (2003), ao estudar a região do Alto Rio dos Sinos (no nordeste do RS), defende o mesmo modelo vertical de mobilidade e assentamento quando sugere que “as estratégias de mobilidade (...) eram representadas por migrações estacionais pluri-familiares” fazendo com que os grupos voltassem “a ocupar os mesmos assentamentos a cada estação” e que “o sistema de cultivo, nas áreas de encosta, [seria] suplementado por estratégias de estocagem de alimentos de origem animal e vegetal, obtidos através de caça e coleta em áreas florestais previamente manejadas no planalto e pesca e coleta de moluscos no litoral”. A autora faz uma ressalva sobre esse modelo sazonal de territorialidade e exploração de recursos ao alertar que o modelo de mobilidade da subtradição Itararé pode apresentar distinções em relação aos da subtradição Taquara, “sendo caracterizado pela circulação de grupos familiares entre assentamentos mais permanentes” (DIAS 2003).

Apoiado na ecologia-cultural, Beber (2004) faz coro a esse grupo quando diz que se pode “caracterizar a ocupação do planalto por grupos baseados na organização tribal, (...) especializados na coleta e utilização do pinhão e muito possivelmente complementada com uma horticultura realizada principalmente na várzea dos rios”. Ele segue sua argumentação inferindo que a subsistência do grupo nos ambientes em que o pinhão não é abundante “deveria ser baseada numa horticultura desenvolvida próxima à várzea dos rios que permitiria, aliada a uma coleta, a densidade demográfica da vida nas aldeias, atestada pela existência de artefatos polidos, como mãos-de-pilão, moedores, lâminas de machados polidos, além da própria cerâmica” (BEBER 2004).

Por outro lado, Saldanha (2005) não considera que a homogeneização cultural seja a saída para a resolução deste problema e considera o modelo de mobilidade vertical e sazonal uma “economia simples, frágil e dependente de movimentos estacionais para cobrir o sustento das populações durante o ano todo”. A partir do estudo de caso da região de Pinhal da Serra (RS), ele sugere um modelo de ocupação territorial que se organiza através do adensamento de sítios. Ele conclui que os



“agrupamentos maiores eram compostos por um sítio com alta densidade de estruturas subterrâneas tendo ao seu redor diversos sítios com baixa densidade (...) Os agrupamentos se distribuiriam de forma a garantir um espaço livre entre eles (cerca de 1,8km de raio) para exploração de recursos”. O autor ainda sugere que esses diferentes agrupamentos de sítios seriam “definidores de áreas domésticas. Cada área seria propriedade de grupos domésticos específicos, que nestes locais desempenhariam suas atividades cotidianas e enterrariam seus mortos” (SALDANHA 2005).

Por sua vez, ao desenvolver estudos no baixo Canoas, DeMasi (2005) defende um padrão de assentamento baseado nos dados etno-históricos do grupo Laklãnõ/Xokleng. Esse modelo organiza diferentes categorias de sítio que juntas formam uma “unidade básica do sistema”, composta por sítios habitação, acampamentos temporários e cemitérios. O autor descarta a abordagem tradicional e insere neste sistema os sítios de grandes bifaces, tradicionalmente classificados como tradição Humaitá, representando áreas de cultivos, e os sítios de pequenos bifaces, tradicionalmente classificados como tradição Umbu, representando acampamentos para a produção de pontas de projétil para caçar.

Também participando deste debate, Copé (2006a) não rejeita a hipótese levantada por Schmitz & Becker (1991), mas ressalta que o sítio RS-AN-03 foi continuamente ocupado, sem evidências de abandono. Este sítio, localizado em Bom Jesus (RS), está numa área em que a cerâmica e a tipologia de sítios é bastante semelhante à das regiões de Pinhal da Serra (RS), Campo Belo do Sul (SC), Campos Novos (SC) e Urubici (SC). Copé (2006b) reitera que a forte possibilidade de a floresta de araucária tratar-se de um ambiente antropizado (conforme Bitencourt & Krauspenhar 2006; Iriarte & Behling 2007) é um fator que contribui para a existência de grandes concentrações de pessoas vivendo em aldeias permanentes em territórios delimitados e defendidos – com comprovada produção de alimentos (CORTELETTI et al. 2015, 2016a; DEMASI 2001, 2007; IRIARTE et al. 2008; GESSERT et al. 2011).

Em Campo Belo do Sul (SC) as pesquisas notaram a maior ocorrência de sítios litocerâmicos em altitudes baixas e próximos ao rio Caveiras (CÁRDENAS et al. 2015; CORTELETTI et al. 2016b). As estruturas anelares estão em topos de colinas destacadas na paisagem, com uma visibilidade ampla do entorno, como no sítio Abreu & Garcia (ROBINSON et al. 2017). Os sítios de estruturas semissubterrâneas



encontram-se, em sua maioria, em altitudes elevadas em direção ao divisor de águas. Ao escavar um destes sítios DeSouza (et al. 2016b) geram dados contundentes, contrariando as tradicionais hipóteses de abandono e reocupação de sítios. A escavação da estrutura semissubterrânea central sítio Baggio 1 revela que durante os primeiros anos de ocupação da aldeia, a casa foi deliberadamente incendiada por cinco ocasiões sucessivas e novos pisos de argila compactada foram preparados por cima dos vestígios de queima do telhado. Ao invés de abandonarem e reocuparem a casa, seus moradores a renovaram periodicamente ao longo de dois séculos e meio, mantendo a ocupação continuamente por várias gerações. Além disso, o fato da cronologia da aldeia de casas subterrânea (Sítio Baggio 1) ser contemporânea a da praça de cerimônias funerárias (sítio Abreu & Garcia), contribui fortemente para a hipótese de sedentariedade e ocupação estruturada da paisagem.

Após muitos anos sem pesquisas sistemáticas realizadas na borda sul do planalto meridional brasileiro, as bacias do Alto Forqueta e Guaporé (RS), entraram na pauta das discussões a partir das prospecções e escavações realizadas por Wolf (2016). O autor identifica um padrão de assentamento em que sítios de estruturas semissubterrâneas encontrados nas áreas mais altas, próximos de divisores de água, são contemporâneos a sítios litocerâmicos e líticos encontrados nas áreas mais baixas no interior dos vales destes rios. O autor sugere que há uma mobilidade entre terras altas e terras baixas e que as duas áreas comporiam o sistema Jê nessa região.

E por último e não menos importante, no limite setentrional do território da tradição Taquara-Itararé as pesquisas de Robrahn (1989) e Araújo (2001, 2007) também contribuem com elementos importantes para a discussão da territorialidade e mobilidade dos Jê Meridionais. Robrahn (1989), em seu estudo sobre a ocupação do vale do Ribeira do Iguape (SP), discute as proposições levantadas por Chmyz (1967) para o vale do Paranapanema de que os grupos da tradição Itararé-Casa de Pedra eram nômades – pois os sítios eram pequenos e com camada estratigráfica pouco espessa. Diferente de Chmyz, ela infere que o vale do Ribeira seria um eixo de ligação entre o litoral e o planalto, onde ocorreu num período tardio uma densa ocupação por sociedades sedentárias com certo grau de mobilidade. Araújo (2001, 2007) propõe um modelo de ocupação territorial para o vale do Alto Taquari e o vale do Paraíba do Sul (SP) baseado na dicotomia entre grupos sedentários e com grande densidade demográfica dos povos

Tupi e Jê, onde os primeiros ocupariam as áreas planas e os segundos as serrarias circundantes.

A partir da síntese destas diferentes pesquisas é possível distinguir um grupo de pesquisadores que propõe uma territorialidade baseada em uma alta mobilidade sazonal, em que a subsistência seria dada pela exploração da coleta e da caça em diferentes ambientes, além da possível prática da agricultura (Schmitz & Becker 1991; Beber 2004; Schmitz & Rogge 2012; Wolf 2016); outro grupo que aceita a alta mobilidade vertical pelos três ambientes, mas que salienta indícios de que pode ter ocorrido um sistema diferenciado (REIS 1997; DIAS 2003); e um terceiro grupo que reforça a existência de unidades sociais em que a mobilidade é menor e que não necessitam de migrações sazonais de larga escala para manter a subsistência (SALDANHA 2005; DEMASI 2005; COPÉ 2006a, 2006b; ROBRAHN 1989; ARAÚJO 2001, 2007; DESOUZA et al. 2016b), como veremos com mais detalhes agora.

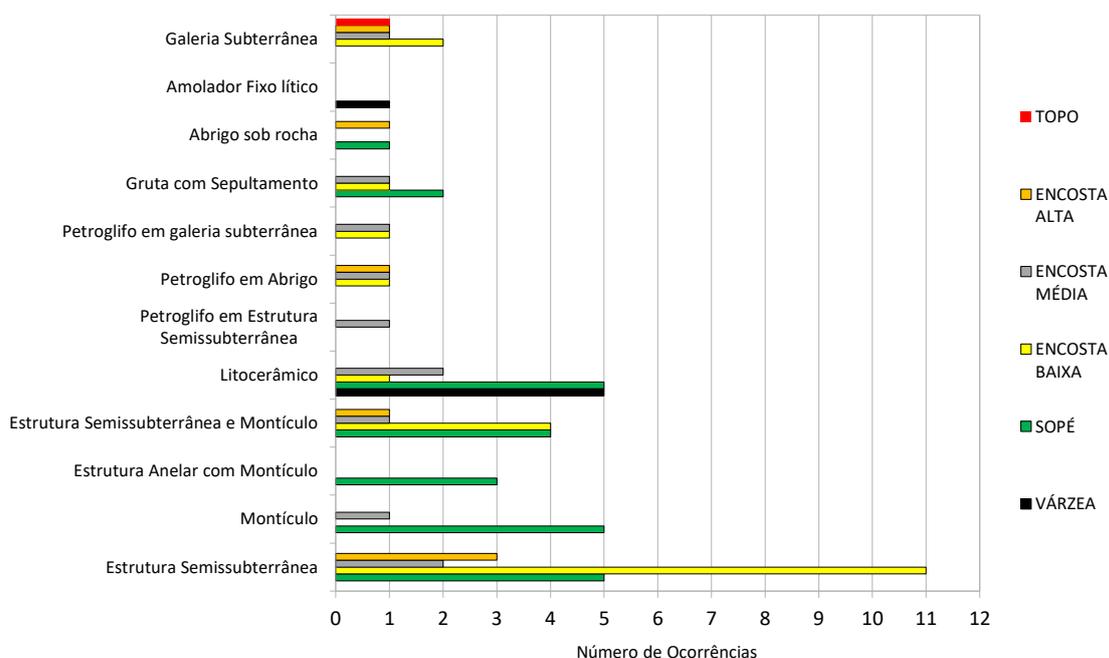
### **3. A Estratigrafia da Paisagem Jê do Sul em Urubici**

#### **3.1 A paisagem como ambiente**

Vamos voltar os olhos, nesse momento, para a região de Urubici. Nas áreas mais largas do vale do Alto rio Canoas e de alguns de seus afluentes há uma ocupação Jê bastante densa. Ao compararmos essa paisagem com outras áreas de pesquisa nas terras altas do sul do Brasil, perceberemos que a localização dos sítios é sutilmente diferente. Em Urubici, mais de 75% dos sítios estão na baixa encosta e no fundo do vale, enquanto que em Caxias do Sul (RS), por exemplo, mais de 60% dos sítios estão na porção alta das encostas e no topo de morros (CORTELETTI 2008). A maior parte dos assentamentos com estruturas semissubterrâneas, independente da presença ou não de montículos associados, está implantada no sopé e encosta baixa das vertentes - são 24 sítios nestes compartimentos em oposição a 7 outros implantados na encosta média ou na encosta alta (Gráfico 1). Além disso, podemos inferir que há uma conexão na implantação de aldeias de estruturas semissubterrâneas e sítios litocerâmicos (como SALDANHA 2005, WOLF 2016 e CORTELETTI et al. 2016b já comentaram), localizados principalmente na várzea e no sopé das encostas, e aqui compreendidos

como áreas de produção de alimento. De maneira geral, podemos deduzir que a maioria das atividades cotidianas ocorria nas porções mais baixas e largas do vale, em locais de topografia mais plana, solos mais férteis e, provavelmente, com uma floresta que dispunha da maioria dos recursos necessários para uma sustentabilidade plena.

Gráfico 1: Quantidade de sítios por compartimento da paisagem.

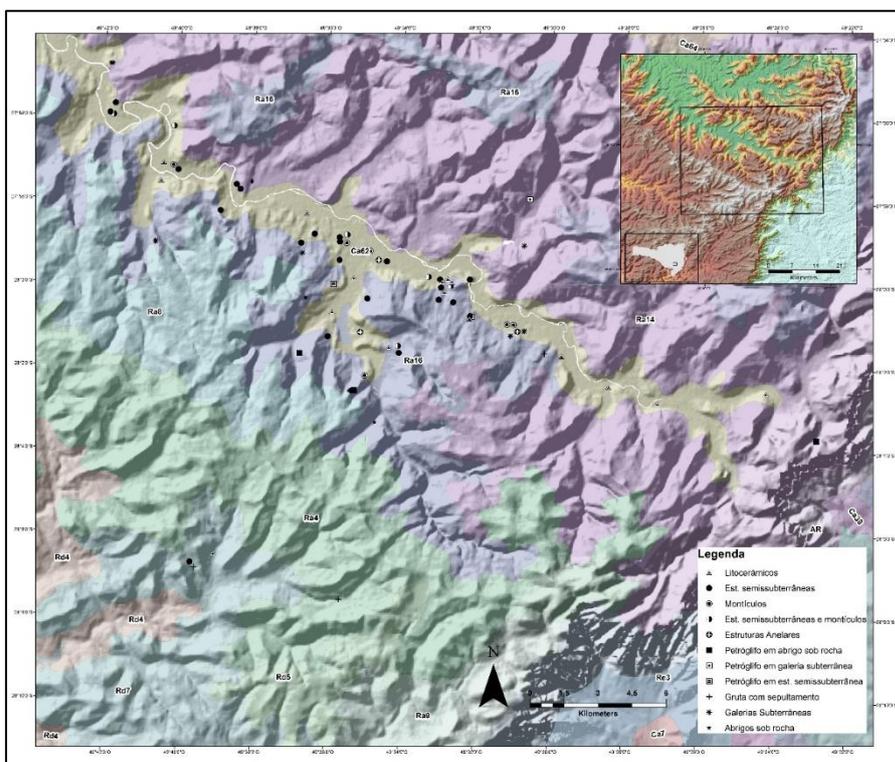


Fonte: Acervo do autor.

Novas prospecções realizadas em Urubici reafirmam o modelo diferenciado de implantação de sítios para o alto Canoas, em que as porções mais baixas são mais densamente ocupadas em detrimento das mais altas (LABRADOR 2016). Tais dados permitem inferir que a região tem um tipo peculiar de apropriação da paisagem exatamente porque a sua topografia tem características específicas no contexto do planalto meridional. Enquanto a maioria dos vales dos rios das terras altas do sul do Brasil tem calhas em V onde predominam rochas basálticas, o vale do alto Canoas é um dos poucos corredores fluviais com vale em forma de U e com predominância de rochas areníticas (SCHEIBE 1986). Essa diferenciação geomorfológica criou um cenário específico para este vale e, provavelmente, facilitou a ocorrência de uma implantação de sítios diferenciada em relação a outras áreas arqueológicas conhecidas, onde a maioria dos assentamentos está localizada na parte alta das encostas e nos topos de morros.

Portanto, mais do que uma questão simbólica ou identitária de uma parcela dos povos Jê Meridionais, a ocupação distinta do vale do alto Canoas, em relação as outras regiões, pode ser um simples reflexo da existência de uma paisagem diferente.

Mapa 1: Implantação dos sítios arqueológicos em função dos solos na região de Urubici

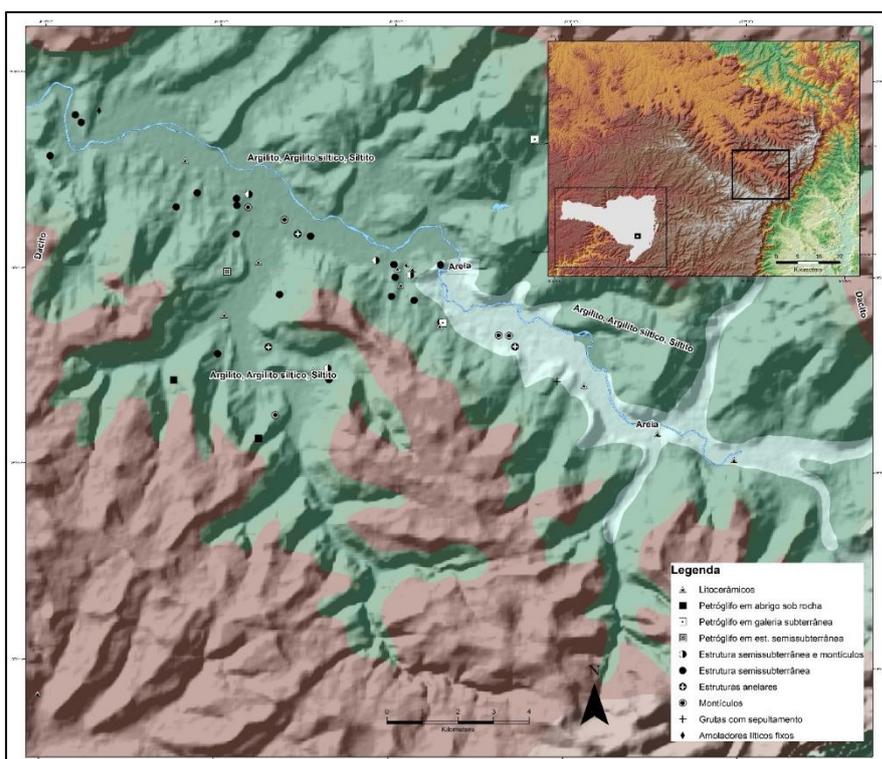


Fonte: Acervo do autor.

Todavia, mesmo numa paisagem estrutural diferenciada, princípios de organização social e econômica são compartilhados entre as diferentes regiões assinaladas. O Mapa 1 representa a implantação dos sítios na região de Urubici, conforme a composição dos solos. A área é composta, basicamente, por Cambissolos (em processo de formação) e solos Litólitos (com contato lítico dentro de 50cm de profundidade) e é possível perceber que a maior parte dos sítios está localizado na área correspondente ao solo Ca62, ou seja, um cambissolo de textura argilosa, moderadamente drenado e húmico (FASOLO et al. 2004). Embora a fertilidade dos cambissolos não seja alta, eles “apresentam aptidão restrita para culturas de verão”, não sendo adequados para cultivos de outras épocas, em função das condições climáticas adversas (STRECK et al. 2002). No Mapa 2 pode ser observada a implantação dos sítios

conforme a litologia da região. Nele aparecem raros sítios nas áreas de fundo de vale com formação litológica mais recente (areia), talvez em função do solo ser basicamente composto por depósitos aluvionares holocênicos derivados, principalmente, do intemperismo do arenito (CPRM 2001) e, talvez, pelo fato da qualidade do solo não ser a mais adequada para a prática de cultivos.

Mapa 2: Implantação dos sítios arqueológicos em função da litologia na região de Urubici



Fonte: Acervo do autor.

Sabendo que os sítios estão preferencialmente nas áreas planas de fundo de vale, onde os cambissolos são mais produtivos na época quente do ano, é importante ressaltar outro aspecto dessa paisagem. A *Araucaria angustifolia* tem nove variedades classificadas por diferenças na forma das folhas e ramos, coloração do pinhão e época de seu amadurecimento – sendo quatro delas classificadas a partir da maturação das sementes (KOCH & CORREA 2002). É bastante significativo perceber que o amadurecimento das variedades *indehiscens* (setembro a janeiro), *sancti josephi* (fevereiro e março), *angustifolia* (abril e maio) e *caiova* (junho e julho) proporciona

uma disponibilidade de sementes por 11 meses durante o ano – agosto é o único mês sem sementes novas (Quadro 1). Em síntese, além de toda a biodiversidade para coleta e caça e pesca, a floresta (que pode ter sido manejada) fornece sementes novas de araucária em mais de 90% do período anual. Como já dito, essa grande disponibilidade de biomassa (COPÉ 2006b) somada às claras evidências de produção de alimentos são fortes indicativos de que esse ambiente dá condições de sustentabilidade às populações ali instaladas, sem a necessidade de que todos os que habitam as terras altas realizem migrações sazonais do planalto à encosta e ao litoral (CORTELETTI et al. 2015, 2016).

Quadro 1: Meses da maturação das sementes das diferentes variedades de *Araucaria angustifolia*.

Variedade de <i>Araucaria angustifolia</i>	Nome popular	Mês do ano											
		J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
<i>sancti josephi</i> (Reitz & Klein)	Pinheiro são José		■	■									
<i>angustifolia</i> (Bertol. - Kuntze)	Pinheiro do Paraná				■	■							
<i>indehiscens</i> (Mattos)	Pinheiro macaco	■								■	■	■	■
<i>caiova</i> (Reitz & Klein)	Pinheiro caiova						■	■					

### 3.2 A paisagem como sistema

Somando a implantação preferencial de sítios em áreas de cambissolo na baixa encosta com as informações obtidas a partir dos cálculos de densidade de sítios Point Density (*Kernel density*) (Mapa 3), encontramos mais evidências de uma ocupação planejada do vale do rio Canoas e da construção de uma paisagem retroalimentada. Tais cálculos demonstram existir ao longo do curso do alto Canoas áreas de adensamento de sítios, localizadas próximas da confluência com grandes afluentes e distantes em média 4,5km uma das outras. O maior destes adensamentos, ou nucleações de sítios, está localizado a montante das demais e próxima da confluência do rio dos Bugres. A segunda nucleação fica em torno de 4,5km a jusante, nas imediações da foz do rio Urubici, numa área em que o processo de urbanização já produziu efeitos nocivos a preservação da paisagem. Canoas abaixo encontramos outros três adensamentos, distantes entre si aproximadamente 4km, sendo eles: foz do rio do Sérgio, foz do rio dos Vacarianos e Consolação. Situação semelhante foi percebida no baixo Canoas, onde a



chamada “unidade básica do sistema” é encontrada na confluência de afluentes ao longo do rio (DEMASI 2005). Além destas nucleações identificadas no alto rio Canoas, aparece um adensamento menor de sítios subindo aproximadamente 4km o curso do rio Urubici, próximo da confluência deste com os arroios Capoeira e Riacho.

A partir da observação da implantação dos sítios é possível inferir alguns pensamentos. Primeiro, podemos perceber que os sítios não estão dispostos aleatoriamente na paisagem e que, além de procurarem o fundo de vale onde o solo é mais fértil, estão organizados em nucleações, com maior ou menor densidade, separadas aproximadamente por 4km de distância entre si, dispostas ao longo do curso do rio Canoas e aparentemente posicionadas na confluência com seus afluentes. Entre esses adensamentos também aparecem sítios dispersos, porém, existem intervalos onde não foi anotado nenhum tipo de ocorrência arqueológica. No vale do rio Urubici, há uma nucleação de sítios distante cerca de 4km do adensamento da foz deste rio, o que nos possibilita inferir que esse modelo de ocupação não acontece apenas ao longo do curso do principal rio, mas também nos vales de seus principais afluentes.

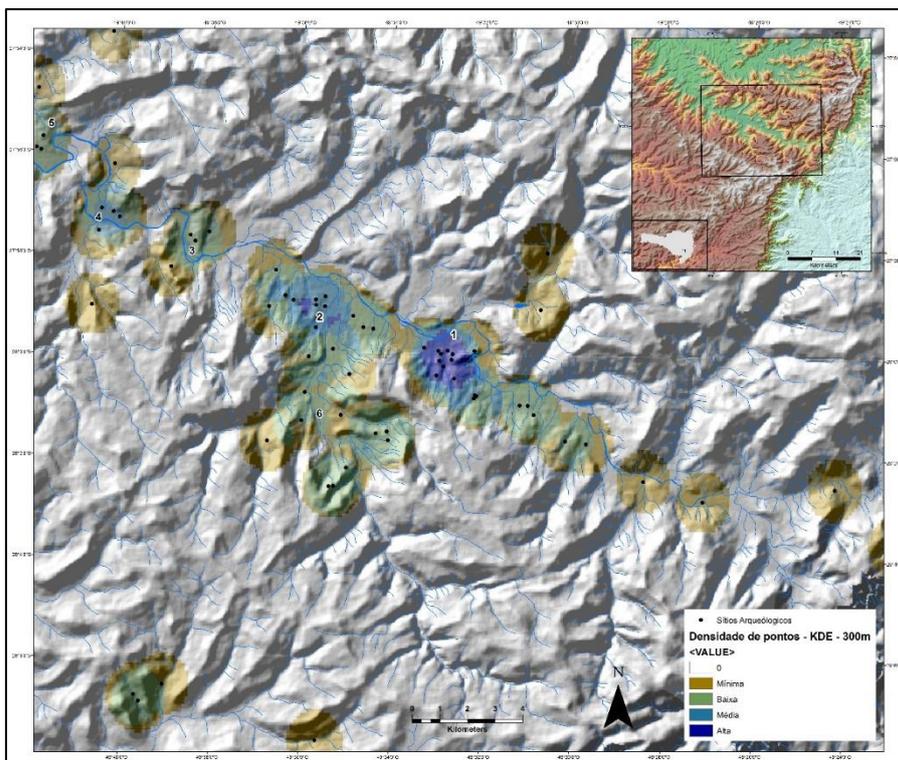
Segundo, apesar de não terem sido encontrados sítios de todos os tipos em cada uma das nucleações (tal qual o baixo Canoas, em DEMASI 2005), elas poderiam representar pontos de estadia cíclica para os habitantes do alto Canoas e, assim sendo, elas seriam a representação do processo de longa duração de uma territorialidade no planalto antes de estarem representando ocupações simultâneas e densamente povoadas. Obviamente, mais escavações e a construção de uma cronologia regional são necessárias para avançar mais na interpretação deste palimpsesto. Nesse sentido, uma investigação mais longa e mais detalhada, talvez possa nos informar quanto à existência de aldeias centrais e sítios periféricos (tal qual Saldanha 2005 sugeriu para Pinhal da Serra).

Terceiro, o fato de não termos encontrado todos os tipos de sítios em cada uma das nucleações se deve, provavelmente, a falhas no mapeamento e também pelo fato de que, principalmente, na zona urbana muitos sítios já desapareceram – a exemplo dos mapeados por Rohr (1971), na região da nucleação da foz do Rio Urubici e não reencontrados. Outra suposição é que os sítios cerimoniais (sejam eles de arte rupestre ou funerários) seriam lugares de convergência (ZEDENHO & BOWSER 2009) e, portanto, não precisariam estar presentes em todos os ambientes de convívio, pois



continuariam sendo visitados, independente da distância e da maior ou menor presença de pessoas na região. Essa inferência reforça a hipótese de que, pelo menos no período tardio, a área era constantemente ocupada e que não ocorriam diásporas sazonais, independentemente de seu motivo. Além disso, como veremos adiante, a cosmologia dos Jê do Sul também pode ser usada para explicar por que nem todos os tipos de sítios estão em todas as nucleações.

Mapa 3: Nucleações de sítios arqueológicos no Alto Canoas, onde 1) rio dos Bugres; 2) rio Urubici; 3) rio do Sérgio; 4) rio Vacarianos; 5) Consolação; e 6) Capoeira/Riacho.



Fonte: Acervo do autor.

Em quarto, vale relembrar que as conclusões expressas por Saldanha (2005), DeMasi (2005) e Copé (2006b) em suas regiões de pesquisa nos dão mais subsídios, principalmente pelo fato daquelas pesquisas possuírem muitos dados cronológicos, para defender a hipótese de que a territorialidade e a mobilidade dos grupos Jê Meridionais do alto Canoas numa situação ideal é baseada em: 1) assentamentos estáveis, sustentados pela produção de alimentos associada à prática de caça, coleta e pesca (conforme CORTELETTI et al. 2015, 2016a); 2) movimentos migratórios de curtas distâncias, na maior parte das vezes (mas não somente) circunscritos ao vale, e

provavelmente relacionados a manutenção do território ou a necessidade de provisão de determinados produtos (fossem eles alimentícios ou não), ou ainda, relacionados a visitas a grupos vizinhos para a realização de cerimônias, manutenção de laços políticos e manutenção de uma rede de trocas (argumentos que também são explorados em DESOUZA et al. 2016a); e 3) existência de comunidades dispersas pelo território, como poderiam ser cada uma das diferentes nucleações de sítios representadas no Mapa 3.

E por último, numa escala territorial mais ampla do sistema proto-Jê, cabe especular sobre a relação de uma série de vestígios materiais dispersos espacial e temporalmente por uma área que envolve as bacias hidrográficas do Rio Pelotas e do Rio Canoas e dentro dela Urubici. Nesta região, nas porções mais altas do planalto sul brasileiro, encontramos a circunscrição de um tipo específico de cerâmica da tradição Taquara-Itararé (tradicionalmente conhecida como as fases Guatambu e/ou Xaxim), associada a tipos específicos de sítios arqueológicos (como as estruturas semissubterrâneas gigantes, as estruturas anelares e as plataformas – CORTELETTI et al. 2016b). As pesquisas realizadas no vale do rio Canoas, como no médio curso (SCHMITZ et al. 2010; SCHMITZ & ROGGE 2012; DESOUZA et al. 2016b; ROBINSON et al. 2017) e no baixo curso (DEMASI 2005; HERBERTS & MÜLLER 2007; DESOUZA et al. 2016a), e pesquisas realizadas no Rio Grande do Sul (KERN et al. 1989, SCHMITZ et al. 2002; MILLER 1971, COPÉ 2006a, 2015; MENTZ-RIBEIRO & RIBEIRO 1985, SALDANHA 2005, DESOUZA 2009, DESOUZA & COPÉ 2010; e WOLF 2016), dão margem para inferir a possibilidade de ter existido, num período arqueologicamente datado entre os séculos XI e XVIII, a territorialidade de um grupo Jê do sul nos limites circunscritos às bacias do Canoas-Pelotas. A comparação direta com a etnografia e a etno-história não revela nenhum dado sobre um possível território comandado por um cacique específico nessa região (LAROQUE 2007), porém a arqueologia tem trazido à tona indícios de que existiu, a partir das interações entre elementos ambientais e culturais, uma maneira particular de construir a paisagem nessa região.

Imergindo mais na organização da paisagem como sistema no alto Canoas, é importante lançar um olhar sobre o significado que determinados lugares podem ter. Ao longo da história, indivíduos e sociedades têm feito lugares para iniciar, aumentar, festejar ou comemorar as interações entre as pessoas, bem como com a natureza e o

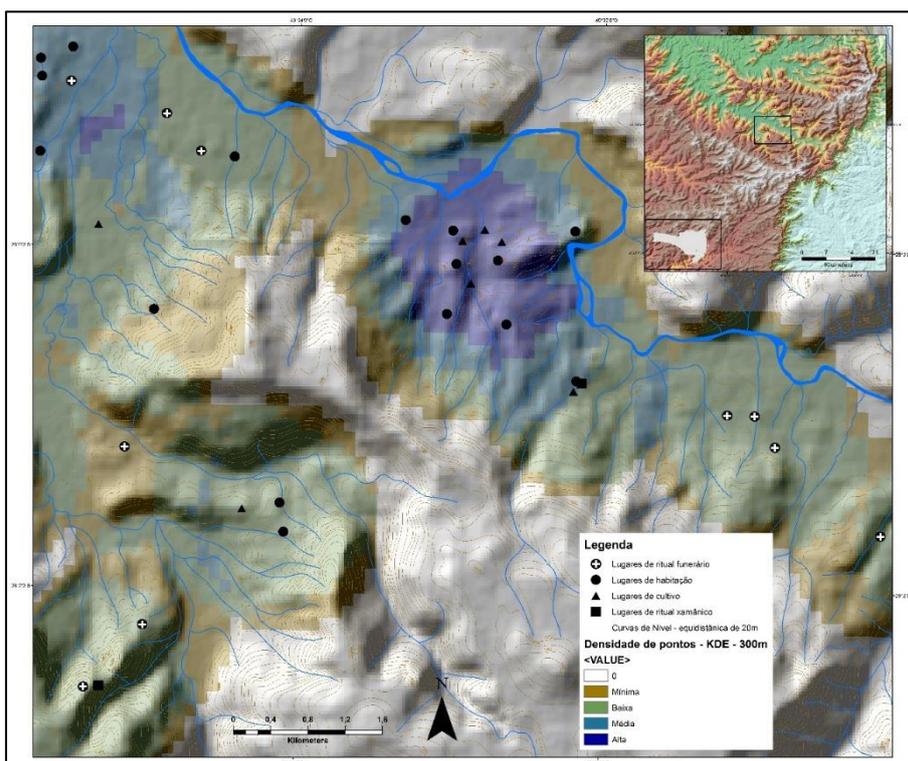


sobrenatural (ZEDEÑO & BOWSER 2009). Portanto, tudo indica que a paisagem em Urubici é repleta de lugares significativos, imbuídos de significado e compostos por memórias Jê. Nesse sentido, a percepção de uma paisagem composta por uma diversidade de sítios sinaliza a existência de lugares e espaços de circulação, que interagem entre si compondo um cenário onde é possível identificar lugares com funções específicas como habitação, produção de cultivares e realização de diferentes rituais, o que nos remete a uma paisagem estruturada, onde existem diferentes lugares com funções culturalmente definidas, ao que tudo indica seguindo princípios sociais e cosmológicos Jê.

Assim sendo, no Mapa 4 é possível perceber nucleação de sítios da foz do rio dos Bugres, onde aparecem diversos sítios de habitação e de cultivo no sopé e baixa vertente das colinas que formam o vale do Rio Canoas. Uma destas colinas (contornada pelo rio Canoas no centro do mapa) é o local de implantação de diversos sítios de estruturas semissubterrâneas e sítios litocerâmicos, sugerindo ser este um lugar para moradia e realização de atividades cotidianas e/ou domésticas. Afastados cerca de 1,5 km para leste desta área de moradia e afazeres cotidianos estão localizados 4 sítios funerários, sendo 3 de montículos e 1 gruta com sepultamento. O posicionamento dos sítios com montículos e/ou estruturas anelares a montante desse adensamento e da gruta com sepultamento mais a montante ainda, corrobora a informação da etnografia Kaingang e Laklãnõ/Xokleng de que os cemitérios ficavam em locais distintos das aldeias (HENRY [1941] 1964; MABILDE [1897] 1988; VEIGA 2006) e remete a organização espacial dos territórios xamânicos dos Kaingang (ROSA 2005), tema que discutiremos em seguida.



Mapa 4: Densidade e tipos de atividade de sítio no alto Canoas



Fonte: Acervo do autor.

### 3.3 A paisagem como poder

Avançando um pouco mais em nossa proposta metodológica, uma das chaves para pensar a paisagem como poder é inferir que há complexidades socioculturais emergentes a partir de inúmeras evidências sugestivas que estamos percebendo, tais como: 1) a expansão intencional da mata de araucária (BITENCOURT & KRAUSPENHAR 2006; IRIARTE & BEHLING 2007; CÁRDENAS et al. 2015); 2) a produção de alimentos (CORTELETTI et al. 2015, 2016a); 3) a transição de um período pré-cerâmico para um período cerâmico (SCHMITZ & ROGGE 2012); 4) o surgimento de uma arquitetura pública e/ou monumental (IRIARTE et al. 2008, 2013; DESOUZA & COPÉ 2010; DESOUZA et al. 2016a, 2016b; ROBINSON et al. 2017) e junto com ela a possibilidade de trabalho especializado (SALDANHA 2005, CORTELETTI 2012); 5) uma suposta alteração no padrão de sepultamento (CORTELETTI 2012); 6) a ocorrência de arte rupestre relativamente elaborada (BAPTISTA DA SILVA 2001; RIRIS & CORTELETTI 2015); 7) a possibilidade de organização dos assentamentos em função da dualidade Jê (Iriarte et al. 2013); 8) o suposto aumento demográfico em

função do aumento do número de sítios datados após o ano 1000 AD (SCHMITZ & NOVASCO 2013, COPÉ 2015); 9) a permanência por muitas gerações de maneira ininterrupta no mesmo território (DESOUZA et al.2016b); e ainda, 10) as redes de contato e o estabelecimento de fronteiras com outras populações (ROGGE 2005, DESOUZA et al. 2016a).

Dentre essas complexidades em emergência, a arquitetura utilizada dos proto-Jê Meridionais nas terras altas é uma evidência sociocultural e econômica certamente ligada a relações de poder que precisam ser expressadas e mantidas. Portanto, a arquitetura (com a construção de estruturas semissubterrâneas, estruturas anelares e plataformas), além das funções comumente sugeridas, serve como demarcadora de territórios e também como marco identitário – que em última análise, os aproxima dos ancestrais. Há necessidade de coesão social para a realização da tarefa de construir estruturas como estas (principalmente as de grandes dimensões), o que sugere trabalho comunal e, provavelmente, a existência de lideranças que catalisem as estratégias e as ações gerais do grupo todo, como, por exemplo, onde e como construir algo deste tipo. As regularidades encontradas nas características gerais de construção das estruturas semissubterrâneas (CORTELETTI 2008) e das estruturas anelares (IRIARTE et al. 2013; SCHMITZ 2010; DESOUZA & COPÉ 2010) são tantas e percebidas numa escala de tempo tão longa, que elas não podem ter sido produzidas acidentalmente ou sem um planejamento prévio.

Por exemplo, a grande escala da construção de casas subterrâneas gigantes (como as encontradas nos sítios Urubici 4, Canadas 2 e Copetti, em Urubici), e a organização do trabalho e do esforço necessário para sua construção as distingue dos outros lugares domésticos. De Souza et al. (2016b) realizaram modelagem bayesiana nas datações de radiocarbono por AMS da Casa 1, no sítio Baggio I (Cal. A.D. 1395-1650), em Campo Belo do Sul (SC). A estratigrafia dessa casa revelou uma sequência de doze pisos bem preservados, incluindo cinco telhados desabados completamente queimados. Os resultados das datações permitiram uma compreensão da dinâmica de ocupação dessa casa gigante, demonstrando que ela foi sendo reformada e ocupada por mais de dois séculos sem evidência de grandes períodos de abandono. Além disso, na medida em que ela começou a ser ocupada, outras casas pequenas também foram habitadas em sua periferia, evidenciando disparidades emergentes na arquitetura

doméstica depois de 1000 dC. Por outro lado, a arquitetura monumental funerária (também presente em Urubici) também contribui para estabelecer importantes parâmetros sociais. Ao sintetizar as datações e localizações de todas as estruturas anelares nas terras altas, DeSouza et al. (2016a) propõem: 1) que elas surgiram no mesmo período que os grupos Guarani começaram a avançar em direção às terras altas; 2) e que elas só proliferaram em áreas onde os grupos locais não toleravam os invasores. Os autores argumentam que a construção das estruturas anelares representou uma forma inteligente de advertir aos estrangeiros para manterem-se longe; e, no passo em que foram construídas para representar a resistência aos migrantes Guarani, transformaram-se em elementos-chave na integração regional dos povos proto-Jê do Sul sob a égide de novas e poderosas lideranças.

As escolhas relativas a atividades como a produção, uso e manutenção do espaço construído são fundamentais no processo de elaboração de projetos arquitetônicos (MCGUIRE & SCHIFFER 1983). Assim sendo, a arquitetura é responsável por ciclos de desenvolvimento das famílias e das instituições tornando-se, dessa forma, a expressão material de saltos qualitativos em termos organizacionais e sociais. Por isso, pensar quem são os responsáveis pelas atividades de produção, uso e manutenção das estruturas construídas é fundamental para compreender diferenciações sociais. Por exemplo, em sociedades pouco diferenciadas, a família que usa e mantém a estrutura também foi quem a construiu, muitas vezes com assistência de outras famílias. Em sociedades um pouco mais complexas, algumas famílias ou grupos são especializados na construção, enquanto outros na manutenção das estruturas. E, por fim, nas sociedades com maior diferenciação social, há uma série de grupos especializados, uns no projeto, outros na construção ou manutenção e até mesmo na demolição de estruturas. As pesquisas realizadas até o momento não conseguem apontar se a arquitetura em terra dos proto-Jê do Sul era uma atividade familiar ou se ela já tinha passado para uma etapa mais especializada, ou seja, se a atividade de construção se tornou tarefa específica de algum grupo, clã ou família, não temos indícios de quando aconteceu. A existência de grupos especializados em determinadas atividades poderia ser um bom motivo para explicar, por exemplo, por que as atividades de construção caíram no esquecimento dos grupos Jê do Sul atuais, já que no momento do caos gerado



pela conquista, é muito mais complicado preservar e reproduzir conhecimentos pertencentes a poucos do que conhecimento amplamente conhecidos e difundidos.

Todavia, podemos inferir que numa mesma comunidade pode existir grupos especializados na construção e manutenção das estruturas arquitetônicas, enquanto outros são especializados na produção de alimento e/ou na confecção de utensílios domésticos. A interdependência entre os diferentes grupos que detêm diferentes conhecimentos faz emergir heterarquicamente, conforme a necessidade das relações sociais, estruturas de poder (CRUMLEY 1995) – que podem estar associadas a gênero, a idade, a sabedoria, a força, ou ao conhecimento na execução de uma tarefa específica (como plantar, caçar, pescar, tear, construir, etc.). A heterarquia é, ao mesmo tempo, estrutura e condição social, ao passo que as relações heterárquicas em uma linha de análise (uma metade clânica, por exemplo), podem permitir relações hierárquicas em outra linha de análise (como o privilégio aos idosos ou xamãs).

#### 3.4 A paisagem como experiência

Segundo Rosa (2005), o território xamânico Kaingang é composto por três níveis: 1) o nível subterrâneo, formado pelo domínio do “mundo dos mortos” – “*nügme*”; 2) o nível da terra, constituído pelos domínios “casa”, “espaço limpo” e “floresta virgem”; e 3) o nível do mundo do alto, formado pelos domínios “céu” e “*fãg kavã*” ou “*kaikã*”. Cosmologicamente o domínio “floresta virgem” engloba o domínio “casa” e “espaço limpo”, e sociologicamente o domínio “casa” engloba “floresta virgem” e “espaço limpo”. Cada um desses domínios contém diferentes fronteiras, ou espaços em que atividades acontecem. Para os interesses diretos de análise da paisagem como experiência, vou me restringir a pensar os sítios arqueológicos numa escala regional, ou seja, a partir de um exercício de analogia etnográfica com o nível da terra, nos domínios do “espaço limpo” e da “floresta virgem”. O debate sobre o domínio “casa” é também muito importante, pois serve a uma discussão intra-sítio que neste momento não será abordada. As fronteiras do espaço interior do domínio “casa” configuram a espacialidade interna das habitações e as fronteiras do espaço exterior configuram a espacialidade interna das aldeias. As reflexões sobre esse domínio e suas



fronteiras demandam a exposição e reflexão de escavações arqueológicas e, portanto, terão seu lugar em outro texto.

Assim sendo, o domínio do “espaço limpo” é onde as aldeias são construídas. Nele uma das fronteiras é o “sítio”, onde são plantados manualmente diferentes cultivos. As distâncias entre as aldeias e os “sítios” são muito variáveis e muitos deles são instalados ao longo das rotas de deslocamento entre aldeias. Por sua vez, o domínio da “floresta virgem” é o lugar onde estão todas as coisas que não foram transformadas pela mão humana. Esse é o domínio dos espíritos e dos animais selvagens e ferozes (como felinos e aves de rapina). Os Kaingang caçam nas fronteiras do plano sociológico desse domínio, tais como: a montanha, a mata, o capão de mato, o rio, a cachoeira, o caminho estreito e a barra do rio. O plano cosmológico da “floresta virgem” também apresenta diversas fronteiras, como: a casa dos espíritos; a casa do dono dos animais; e a casa de “*Migtán*” (que controla os animais ferozes e é invisível para um Kaingang comum, só aparecendo para rezadores e sonhadores). Antigamente os cemitérios eram uma das fronteiras desse domínio, mas atualmente, em função das transformações que a demarcação de terras impõe, eles foram transferidos para o domínio “espaço limpo” (ROSA 2005).

As nucleações de sítios observadas a pouco podem ser interpretadas como a organização de diversos domínios “espaço limpo” ao longo do vale do alto Canoas (Mapa 3). Dentro de cada uma dessas nucleações, podemos identificar fronteiras desse domínio como as aldeias e os “sítios”. Os sítios de arte rupestre e os sítios de sepultamento, usualmente ficam distantes das aldeias, ou seja, estão fora dessas nucleações mapeadas ou fora do domínio do “espaço limpo” e podem ser interpretados como fronteiras do domínio da “floresta virgem”. Na arte rupestre encontrada no sítio do Avencal 1 estão representados, entre outros, animais como aves e felinos (encontrados no domínio da “floresta virgem”). Podemos inferir que nesse lugar e através da arte parietal nele encontrada, rezadores (*kujà*) podem acessar entes espirituais como “*Migtán*” ao mesmo tempo que contemplam a visibilidade de uma cachoeira e das montanhas circundantes cobertas por mata (fronteiras sociológicas do domínio “floresta virgem”). Tentando aprofundar essa analogia, vamos analisar para onde olhavam e por onde andavam as pessoas que habitaram o vale do alto canoas em Urubici. Ou seja, como elas se movimentavam entre esses domínios e experienciaram essa paisagem.

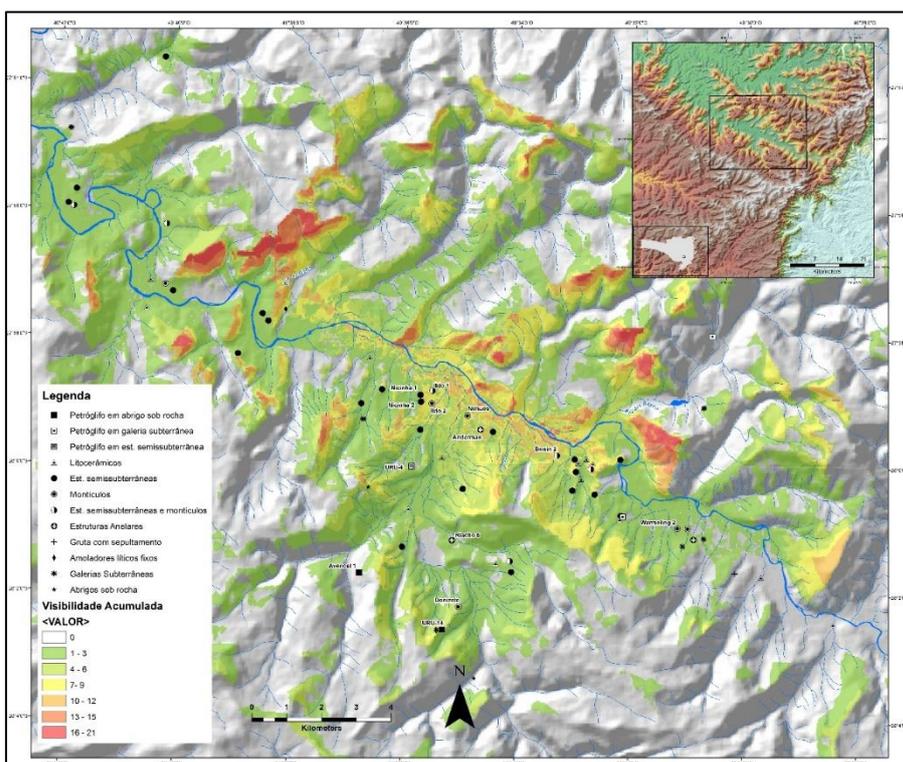


Segundo Llobera (2006) um dos problemas mais comuns na interpretação de mapas de visibilidade acumulada (os *cumulative viewshed maps* de Weathley & Gillings 2002) é a limitação que emerge com a nossa “periodização” dos dados. Muitos dos recortes cronológicos criados pelos arqueólogos englobam longos períodos de tempo, ou muitas gerações, e por isso mesmo, acabam não possibilitando uma clareza para perceber a ordem como foi sendo construída a estrutura visual da paisagem. Todavia a compreensão de como estes padrões visuais foram construídos pode, primeiramente, dar-nos pistas para saber se a visibilidade era um elemento ativo e, dessa forma, criar hipóteses sobre como os territórios foram concebidos e percebidos; e conseqüentemente, revelar determinadas intencionalidades dos construtores, independente disso ser resultado de um esforço consciente ou não. Além disso, a presença de vegetação alta, o “fator árvore” (*tree factor*), tem um efeito significativo na intervisibilidade, pois na prática é bastante difícil obter reconstruções paleoambientais com resolução espacial suficiente para usar nos cálculos das células dos MDE (*digital elevation model*) (CONOLLY & LAKE 2010). Por essa razão, nos testes de intervisibilidade aqui apresentados, a região de Urubici foi considerada como desprovida de vegetação de grande porte. O conhecimento etnográfico e as ressalvas do *tree factor* pretendem reduzir a margem de erro dessa opção metodológica. Segundo Mabilde ([1897] 1988) os Kaingang subiam na árvore mais alta dos arredores da aldeia para ter ampla visibilidade do entorno. Sabemos também que o fogo estava sempre aceso nas casas das aldeias Kaingang (AMBROSETTI 1895), possibilitando inferir a intervisibilidade da fumaça entre assentamentos contemporâneos mesmo que encobertos pela floresta.

O Mapa 5 apresenta a visibilidade acumulada dos sítios de estruturas semissubterrâneas e de estruturas semissubterrâneas e montículos em Urubici, partindo do princípio que estes lugares são habitacionais e/ou domésticos, ou seja, são aldeias do “espaço limpo”. Apesar da escassa cronologia para a região algumas análises são possíveis. A área com maior intervisibilidade acumulada é a parte mais baixa do vale do Rio Canoas, principalmente no trecho entre os rios dos Bugres e do Sérgio. É interessante observar que a maior parte dos sítios está instalada em locais que podem ser intervisíveis de até outros 3 sítios. Os sítios com arte rupestre se dividem, enquanto três deles não são visíveis desde as aldeias de casas subterrâneas (Avencal 1, Urubici 18 e

Casa de Pedra), os sítios Urubici 14 e Urubici 4 são vistos por entre 4 e 6 outros sítios e o sítio Urubici 10 está no campo de visão de até 3 outros assentamentos com estruturas semissubterrâneas e/ou estruturas semissubterrâneas e montículos.

Mapa 5: Visibilidade acumulada dos Sítios de Estruturas Semissubterrâneas e Estruturas Semissubterrâneas e montículos.



Fonte: Acervo do autor.

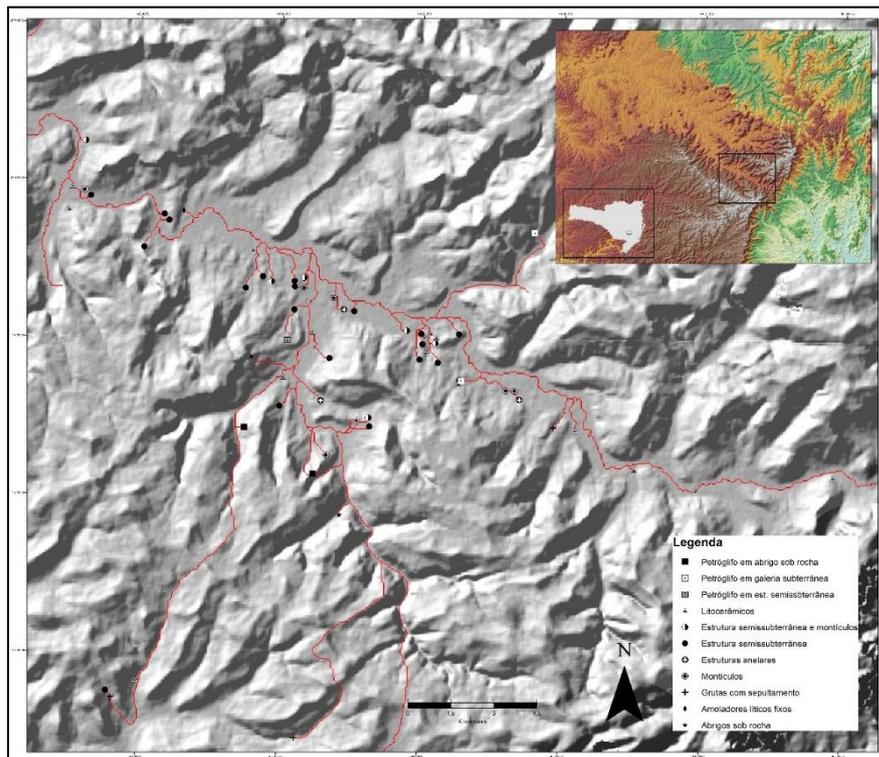
O fato de Avencal 1 e Casa de Pedra não serem visíveis desde os espaços domésticos pode representar uma diferença funcional destes sítios de arte rupestre em relação aos demais, já que eles apresentam outras características distintas como, por exemplo, a face do paredão com inscrições voltadas para o poente e a visibilidade de uma grande cachoeira ao sul e montanhas ao redor (CORTELETTI 2012, RIRIS & CORTELETTI 2015). A escolha de um lugar com visibilidade do pôr-do-sol (ou seja, de contemplação do nível do mundo do alto e do domínio “céu”) e ao mesmo tempo de uma cachoeira e montanhas (fronteiras do “espaço limpo”) pode não ser aleatória, mas sim uma escolha condicionada por elementos simbólicos da cultura Jê. A cosmologia dos povos Jê do Sul da grande importância a elementos como a água (que seria o único

a circular pelos 3 mundos – dos deuses, no céu; dos vivos, na terra; e dos mortos, no subsolo – conforme ROSA, 2005) e a montanha (de onde, por exemplo teriam surgido os irmãos gêmeos que fundaram a sociedade Kaingang, conforme VEIGA, 2006). Por sua vez, o sítio Urubici 18 é uma paleotoca que foi reformada e ocupada por humanos (PADBERG-DRENKPOL 1933; BUCHMANN et al. 2008) e apresenta características muito distintas em relação a todos os demais sítios de arte rupestre, situação que o coloca como exceção até o momento. De qualquer forma é interessante perceber que estes lugares ficam fora do campo de visão dos espaços domésticos, o que pode demonstrar uma organização estruturada da paisagem entre os lugares de convívio amplo (“casa” e “espaço limpo”) e os espaços de ritual (“floresta virgem”). Localizados no domínio da “floresta virgem”, os sítios de arte rupestre podem ser o cenário do contato cosmológico entre rezadores (*kujà*) e espíritos e animais selvagens (poderiam ser inclusive o local de encontro do eixo vertical com o eixo horizontal dos territórios xamânicos explicitados por ROSA 2005).

Os poucos assentamentos que apresentam intervisibilidade acumulada entre 4 e 6 ou entre 7 e 9 outros sítios são os montículos (Ildo 2 e Nehues), a estrutura anelar (Urubici 21/Anderman) e as estruturas semissubterrâneas bem próximas a estes (Nicinha 1, Nicinha 2), além dos sítios de estruturas semissubterrâneas e montículos (Bonin 2 e Ildo1). Apenas o montículo do sítio Donizete está numa área com visibilidade acumulada para entre 4 e 6 outros sítios, em contraposição as outras estruturas anelares (Riacho 6 e Warmeling 2) – que como a maioria dos montículos tem visibilidade acumulada com até outros 3 sítios. Em suma, esta constatação sugere que as estruturas anelares e os montículos estão posicionados em locais para serem vistos desde outros pontos, porém, são vistos de forma restrita; o que poderia indicar uma certa organização familiar ou clânica do espaço – e que pode refletir temporalmente a construção da paisagem. Tilley (2004) infere que padrões de intervisibilidade entre montículos (*barrows*) poderiam revelar a conexão social entre linhagens e um vale em particular. Estes lugares, também localizados na “floresta virgem”, são interpretados como centros cerimoniais e espaços públicos onde são realizados rituais de sepultamentos com cremação ou rituais de passagem como o da furação dos lábios (IRIARTE et. al. 2008, 2013; DEMASI 2009; DESOUZA & COPÉ 2010; ROBINSON et al. 2017). Portanto, em decorrência da localização deles em relação ao ponto de visão

de outros sítios, é possível inferir que eles estavam colocados em lugares previamente planejados, para que as cerimônias que ali acontecessem pudessem ser, de uma maneira ou de outra, acompanhadas desde longe, e particularmente no Alto Canoas desde as áreas habitacionais específicas. Todavia, levando em conta os argumentos de Llobera (2006), não se sabe se a posição das estruturas anelares determinou a posição dos sítios de habitação ou vice-versa; e também não estamos inferindo que as cerimônias realizadas nas estruturas anelares e/ou nos montículos eram vistas integralmente (sem obstáculos, como a vegetação, névoa ou condições de luminosidade) desde os sítios de habitação, mas, mesmo assim, a partir desse posicionamento intervisível, se poderia saber, por exemplo, pela fumaça produzida nos fogos do ritual, que algum tipo de evento estaria acontecendo.

Mapa 6: Rotas de menor custo (least cost pathway) no Alto Canoas.



Fonte: Acervo do autor.

Através do uso de metodologias padrão foi realizada uma modelagem de rotas de baixo custo de locomoção (least cost-path analysis) interconectando os sítios arqueológicos na região de Urubici (WEATHLEY & GILLINGS 2002, CHAPMAN 2009, CONOLLY & LAKE 2010). Como já dito, apesar da irregularidade da



topografia, a maioria dos assentamentos está em áreas relativamente planas na porção mais próxima do fundo do vale. Assim sendo, os caminhos de menor custo de locomoção convergem para as porções mais baixas do vale, traçando o seu desenho pela paisagem praticamente em paralelo aos cursos de água (Mapa 6). Em alguns casos as rotas passam de um sítio de estrutura semissubterrânea para um litocerâmico e só então se dirigem para porção mais baixa do vale. Esta característica de deslocamento de certa forma recorrente (lugar de habitação – lugar de cultivo – várzea) também pode ser comparada a organização dos territórios xamânicos dos Kaingang atuais, já que muitos “sítios” (fronteira do domínio “espaço limpo”) ficam nos caminhos que conectam as aldeias (outra fronteira do “espaço limpo”). Um exemplo é a rota entre o Sítio de estrutura semissubterrânea Urubici 26 (uma “aldeia”), passando pelo litocerâmico Madureira (um “sítio”) e que segue até a várzea do Canoas, conectando outras “aldeias” e “sítios”.

De maneira geral, podemos deduzir que os domínios da “casa” e do “espaço limpo, onde ocorria maioria das atividades cotidianas, ficavam nas porções mais baixas do vale, em locais de topografia mais plana, solos mais férteis e, provavelmente, com um ambiente que disponibilizava a maioria dos recursos necessários para uma sustentabilidade plena. Por outro lado, o domínio da “floresta virgem” ficava em áreas de encosta mais elevada ou áreas pouco ocupadas do fundo do vale, e, então eram os locais para a realização de caçadas, e de realização de rituais de morte e de contato com os espíritos.

#### **4. A estratigrafia da paisagem: Sistema, mobilidade e territorialidade Jê do sul do Brasil**

Conforme vimos, a paisagem Jê em Urubici é composta por uma diversidade de lugares e espaços de convivência e de circulação com diferentes funcionalidades, que interagem entre si a partir de uma estruturação sociocosmológica própria. Como estratégia metodológica, essa paisagem foi estratificada em quatro diferentes camadas (ambiente, sistema, poder e experiência) para serem analisadas através de uma série de exercícios, num gradiente de reflexão e interpretação, indo do natural em direção ao cultural. Tais reflexões e interpretações nos mostram que essa paisagem nutriu e ao mesmo tempo foi nutrida pelo processo de longa duração protagonizado pelas

populações Jê. As aldeias de casas subterrâneas, os lugares de sepultamento, os lugares de xamanismo, as montanhas, rios, as matas e os campos são marcos visuais que constroem a paisagem, que integram lugar e povo, que criam uma etnicidade, bem como uma memória, e que indicam claramente a existência de um território e diferentes estágios de territorialidade (conforme ZEDEÑO 2010).

Além disso, com o atual conhecimento sobre mobilidade, territorialidade e organização social, é possível perceber que os distintos contextos materiais encontrados no sul do Brasil representam que a sociedade Jê do Sul é bastante heterogênea e muito mais complexa do que tradicionalmente se supunha. Talvez a variedade de grupos Jê descrita na etnohistória e na etnografia seja equivalente a variedade arqueológica que tem sido percebida através das pesquisas ao evidenciar contextos materiais bastante diferenciados em regiões geográficas relativamente próximas. Poderíamos estar diante de microterritórios espalhados pelo planalto e áreas adjacentes, cada qual com etnicidade própria e vinculados ao *ethos* Jê. Seriam diferentes pessoas, em diferentes territórios, com organizações social e políticas semelhantes, mas não necessariamente o mesmo grupo. As diferenças percebidas no registro arqueológico em áreas relativamente próximas e com certa contemporaneidade, como Bom Jesus (COPE 2006a), Vacaria (SCHMITZ et al. 2002), Campo Belo do Sul (DESOUZA et al. 2016b) e Urubici são indicativos dessa constatação.

Especificamente em Urubici, o sítio Bonin, datado do século XIII e XIV, forneceu informações que sugerem que a mobilidade de larga escala do grupo era reduzida, e que as migrações sazonais para a encosta e o litoral eram menos importantes do que se supunha. Os dados arqueobotânicos obtidos neste sítio (CORTELETTI et al. 2015, 2016) nos proporcionam evidências claras de produção de alimento nas terras altas do sul do Brasil. Os vestígios microbotânicos de milho (*Zea mays*), abóbora (*Cucurbita* sp.), mandioca (*Manihot esculenta*), feijão (*Phaseolus* sp.) e cará (*Dioscorea* sp.), além de criar um cenário onde essas populações são dotadas de uma ampla base alimentar, auxiliam a alterar as proposições de que sua agricultura era incipiente e de que a base alimentar era centrada na arboricultura do pinhão. Como já comentado, podemos falar que a economia dos proto-Jê, por volta do século XIII, não era frágil ou dependente de constantes e distantes movimentos migratórios para manter-se estável. Baseado nas informações que foram sendo expostas ao longo do texto, é possível



sustentar que há assentamentos estáveis, com uma população se alimentando de uma dieta mais variada proveniente de cultivos e do extrativismo, da caça e da pesca numa floresta manejada (CORTELETTI et al. 2015, 2016); e vivendo numa paisagem estruturada, tanto sociologicamente como cosmologicamente – como vimos aqui, com nucleações de sítios indicando padrões comunitários no nível da terra e com lugares específicos para determinadas atividades de conexão com os níveis do subterrâneo e do mundo do alto.

## Referências

AMBROSETTI, J.B. **Los indios Kaingángues de San Pedro (Misiones), con un vocabulario.** Buenos Aires: Revista del Jardín Zoológico de Buenos Aires, tomo II, ent. 10, p. 305-387. 1895.

ARAÚJO, A.G.M. **Teoria e Método em Arqueologia Regional: Em estudo de Caso no Alto Paranapanema,** Estado de São Paulo. Tese de Doutorado, USP. 365p. 2001

\_\_\_\_\_, A.G.M. A tradição cerâmica Itararé-Taquara: características, área de ocorrência e algumas hipóteses sobre a expansão dos grupos Jê no sudeste do Brasil. **Revista de Arqueologia**, 20:09-38. 2007.

BAPTISTA DA SILVA, S. **Etnoarqueologia dos grafismos Kaingang: um modelo para compreensão das sociedades Proto-Jê Meridionais.** Tese de Doutorado. USP. 367p. 2001

BEBER, M.V. **O Sistema de Assentamento dos Grupos Ceramistas do Planalto Sulbrasileiro: O caso da Tradição Taquara/Itararé.** Tese de Doutorado, UNISINOS: São Leopoldo. 289p. 2004.

BINFORD, L. The archaeology of place. **Journal of Anthropological Archaeology** 1: 5-31. 1982

BINFORD, L. Mobility, housing, and environment: a comparative study. **Journal of Anthropological Research**. Vol. 46, No. 2, pp. 119-152. 1990.

BITENCOURT, A.L.V. & KRAUSPENHAR, P. M. Possible prehistoric anthropogenic effect on *Araucaria angustifolia* (Bert.) O. Kuntze expansion during the late Holocene. **Revista Brasileira de Paleontologia** 9 (1):109-116. 2006.

BUCHMANN, F.S.C.; FARIAS, D.S.E.; FORNARI, M. Ocupação das paleotocas de tatus gigantes extintos por índios do grupo Jê no sul de Santa Catarina, Brasil. **VI Encontro SAB Sul**, Tubarão, SC. Resumos, p.35. 2008.

CÁRDENAS, M.L.; CORTELETTI, R.; ROBINSON, M.; ULGUIM, P.; DeSOUZA J. G.; IRIARTE, J.; MAYLE F.; FARIAS, D.; DeBLASIS, P. Integrating archaeology and palaeoecology to understand Jê landscapes in southern Brazil. **Antiquity** (Cambridge), v. 89, p. 4. 2015.

CHAPMAN, H. **Landscape Archaeology and GIS.** The History Press, 194p. 2009.



CHMYZ, I. Dados Parciais sobre a Arqueologia do Vale do Rio Paranapanema. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – Resultados Preliminares do Primeiro Ano 1965-1966. Belém: **Museu Paraense Emílio Goeldi**, Publicações Avulsas, n. 6, p.59-78. 1967.

CONOLLY J., & LAKE, M. **Geographical Information System in Archaeology**. Cambridge University Press. 338p. 2010.

COPÉ, S.M. **Les grands constructeurs precoloniaux du plateau de sud du Bresil: etude de paysages archeologiques a Bom Jesus, Rio Grande do Sul, Bresil**. Tese de Doutorado. Universidade de Paris. 395p. 2006a

\_\_\_\_\_, S.M. Narrativas espaciais das ações humanas. História e aplicação da arqueologia espacial como teoria de médio alcance: o caso das estruturas semi-subterrâneas do planalto Sul-brasileiro. **Revista de Arqueologia**. no 19:111-123, 2006b.

COPÉ, S.M. A gênese das paisagens culturais do planalto sul brasileiro. **Estudos Avançados**, 29 (83): 149-171, USP, São Paulo. 2015

CORTELETTI, R. **Patrimônio Arqueológico de Caxias do Sul**. Porto Alegre, Ed. Nova Prova. 200p. 2008.

\_\_\_\_\_, R. Atividades de campo e contextualização do Projeto Arqueológico Alto Canoas – PARACA, Um Estudo da Presença Proto-Jê no Planalto Catarinense. **Cadernos do LEPAARQ**, v. VII, nº13/14. Pelotas, RS: **Editora da UFPEL**.p.121-157. 2010.

\_\_\_\_\_, R. **Projeto Arqueológico Alto Canoas – PARACA: um estudo da presença Jê no Planalto Catarinense**. Tese de Doutorado. USP. 2012.

\_\_\_\_\_, R. Uma estratigrafia da paisagem proto-Jê Meridional: um estudo de caso em Urubici, SC. **Tempos Acadêmicos, Dossiê Arqueologia Pré-Histórica**, (11):97-116, Criciúma, SC. 2013

\_\_\_\_\_, R.; DICKAU, R.; DeBLASIS, P.; IRIARTE, J. Revisiting the economy and mobility of southern proto-Jê (Taquara-Itararé) groups in the southern Brazilian highlands: starch grain and phytoliths analyses from the Bonin site, Urubici, Brazil. **Journal of Archaeological Science**, v. 58, p. 46-61, 2015. (doi:10.1016/j.jas.2015.03.017)

\_\_\_\_\_, R.; DICKAU, R.; DeBLASIS, P.; IRIARTE, J. Análises de grãos de amido e fitólitos nas terras altas do sul do Brasil: repensando a economia e mobilidade dos grupos proto-Jê meridionais. **Cadernos do LEPAARQ**, 13 (25):163-196. 2016a

\_\_\_\_\_, R.; DEBLASIS, P.; DE SOUZA, J.G.; ROBINSON, M.; FRADLEY, M.; IRIARTE, J.; CÁRDENAS, M.L.; MAYLE, F.; FARIAS, D.S.E. . News from the field ou como um projeto internacional começa a sair do papel. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, 27:000-000, 2016b

COSGROVE, D. **Social Formation and Symbolic Landscape**. New Jersey, Barnes and Noble Books. 293p. 1984.

CPRM – Serviço Geológico do Brasil GEOBank. Litoestratigrafia folhas SG -22 e SH -22. Disponível em:



[http://geobank.sa.cprm.gov.br/pls/publico/Litoestratigrafia.Litoestratigrafia.cadastro?p\\_cod\\_unidade\\_estrat=270&p\\_webmap=N](http://geobank.sa.cprm.gov.br/pls/publico/Litoestratigrafia.Litoestratigrafia.cadastro?p_cod_unidade_estrat=270&p_webmap=N). Acesso em: 12. Out. 2012.

CRIADO BOADO, F. **Del terreno al Espacio: Planteamientos y Perspectivas para la Arqueología del Paisaje**. CAPA, 6. Universidade de Santiago de Compostela. 90p. 1999.

CRUMLEY, C.L. Heterarchy and the Analysis of Complex Societies. **Archeological Papers of the American Anthropological Association**. Volume 6, Issue 1, p. 1–5, 1995.

DAVID, B. & THOMAS, J. Landscape Archaeology: Introduction. **In: Handbook of Landscape Archaeology**. B. David, J. Thomas (org.). Left Coast Press. p.27-43. 2010

DeMASI, M.A.N. Pescadores e Coletores da Costa Sul do Brasil. **Pesquisas, Antropologia**, 57, São Leopoldo, IAP – UNISINOS. 136p. 2001

DeMASI, M.A.N. **Relatório Final – Projeto de Salvamento Arqueológico Usina Hidrelétrica Campos Novos**. 277p. 2005.

\_\_\_\_\_, M.A.N. Análise de Isótopos Estáveis de  $^{13}/^{12}C$  e  $^{15}/^{14}N$  em resíduos de incrustações carbonizadas de fundo de recipientes cerâmicos das Terras Altas do Sul do Brasil. Anais do I Congresso Internacional da SAB, Florianópolis. **Ed. Habilis**, Erechim, RS:13p. 2007.

\_\_\_\_\_, M.A.N. As Terras Altas do Sul do Brasil e o Litoral de Santa Catarina, a arqueologia dos mortos e evidências de hierarquia social. Simpósio “Mas alla de los Andes II: Monumentalidad y espacios públicos en las tierras bajas sudamericanas” Jose Iriarte (cord). **XV Congresso SAB**. Belém. 20p. 2009.

\_\_\_\_\_, J.G. **A cerâmica de Tradição Itararé-Taquara (RS/SC/PR) e a difusão das línguas Jê Meridionais: uma reanálise dos dados**. Monografia. UFRGS. Porto Alegre. 61p. 2009

\_\_\_\_\_, J.G. & COPÉ, S.M. Novas perspectivas sobre a arquitetura ritual do planalto meridional brasileiro: pesquisas recentes em Pinhal da Serra, RS. **Revista de Arqueologia / Sociedade de Arqueologia Brasileira**, 2010. São Paulo: SAB, 2010, V. 23, M.1, pp. 104-117. 2010.

\_\_\_\_\_, J. G.; CORTELETTI, R.; ROBINSON, M.; IRIARTE, J...The genesis of monuments: Resisting outsiders in the contested landscapes of southern Brazil. **Journal of Anthropological Archaeology** (Print), v. 41, p. 196-212, 2016a.

\_\_\_\_\_, J. G.; ROBINSON, M.; CORTELETTI, R. ; CÁRDENAS, M. L. ; WOLF, S. ; IRIARTE, J.; MAYLE, F. ;DEBLASIS, P. Understanding the Chronology and Occupation Dynamics of Oversized Pit Houses in the Southern Brazilian Highlands. **Plos One**, v. 11, p. e0158127, 2016b.

DIAS, A.S. **Sistemas de Assentamento e Estilo Tecnológico: Uma Proposta Interpretativa para a Ocupação Pré-colonial do Alto Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul**. Tese de Doutorado. USP. 401p. 2003.

DIVA-GIS. **Dados espaciais livres disponíveis em diva-gis.org**. 2017.



EPAGRI – CIRAM. **Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Centro de Informações de Recursos Ambientais e de Hidrometeorologia de Santa Catarina** <http://www.ciram.epagri.sc.gov.br>. 2010

FASOLO P. J.; POTTER R. O.; CARVALHO A. P.; et. al. **Levantamento de Reconhecimento de Solos do Estado de Santa Catarina - Solos – SHP. EMBRAPA Solos / EMBRAPA Floresta**. Disponível em <http://mapoteca.cnps.embrapa.br/geoacervo/>. 2004.

GESSERT, S.; IRIARTE, J.; RÍOS, R.C.; BEHLING, H.. Late Holocene vegetation and environmental dynamics of the Araucaria forest region in Misiones Province, NE Argentina. **Review of Palaeobotany and Palynology** 166 (2011) 29–37 2011

HENRY, J. **Jungle People. A Kaingáng Tribe of the Highlands of Brazil**. Vintage Books. New York. 215p. 1964.

HERBERTS, A.L. & MÜLLER, L. Os Sítios Funerários do “Projeto de Arqueologia Compensatória UHE Barra Grande – SC”. **CD-rom dos Anais do XIV Congresso da SAB**. Florianópolis. 2007.

INGOLD, T.. **The Perception of the Environment**. Routledge. Londres. 465p. 2000.

IRIARTE, J. & BEHLING, H.. **The expansion of Araucaria Forest in the southern Brazilian highlands during the last 4000 years and its implications of the Taquara/Itararé Tradition**. **Environmental Archaeology**, Vol 12, no 2: 115-127. 2007.

\_\_\_\_\_, J., GILLAM J.C. & MAROZZI, O. Monumental burials and memorial feasting: an example from the southern Brazilian highlands. **Antiquity** 82: 947-961. 2008.

\_\_\_\_\_, J., COPÉ, S., FRADLEY, M., LOCKHART, J. J., & GILLAM, J. C.. Sacred landscapes of the southern Brazilian highlands: Understanding southern proto-Jê mound and enclosure complexes. **Journal of Anthropological Archaeology**, 32, 74-96. 2013

JOHNSON, M.. **Ideas of Landscape**. Blackwell Publishing. 266p. 2007.

KERN, A.; SOUZA, J.O. & SEFFNER, F. Arqueologia de Salvamento e a Ocupação do Vale do Rio Pelotas (Municípios de Bom Jesus e Vacaria, RS). **Veritas**, vol. 35, nº. 133. Porto Alegre: PUCRS. p.99-127. 1989

KOCH, Z. & CORREA, M.C. **Araucária. A Floresta do Brasil Meridional**. Ed. Olhar Brasileiro. Curitiba. 2002

LABRADOR, B. Prospecção arqueológica no vale do rio Urubici. **In Anexo 4 do Relatório Científico Anual FAPESP - fevereiro de 2015 a março de 2016. Jê Landscapes of Southern Brazil - Projeto Temático FAPESP - RCUK/AHRC - 2012/51328-3**. 2016.

LAROQUE, L.F.S. Fronteiras Geográficas, Étnicas e Culturais envolvendo os Kaingang e suas Lideranças no Sul do Brasil (1889-1930). **Pesquisas, Antropologia**, 64. São Leopoldo: IAP – UNISINOS. 343p. 2007.

LLOBERA, M. What you see is what you get? Visualscapes, visual genesis and hierarchy. In: **Digital Archaeology: bridging method and theory**. Routledge. p.148-167. 2006



MABILDE, A.P.T.. O índio Kaingáng no Século XIX. Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil. **Documentos** 02. São Leopoldo: IAP – UNISINOS. p.141-172. 1988.

MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 314p. 2009

MENTZ-RIBEIRO, P.A. & RIBEIRO, C.T. Levantamentos Arqueológicos no Município de Esmeralda, Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista do Cepa** vol. 12, nº. 14. Santa Cruz do Sul: UNISC. p.51-92. 1985.

MILLER, E.T. Pesquisas Arqueológicas efetuadas no Planalto Meridional, Rio Grande do Sul, Rios Uruguai, Pelotas e das Antas. In PRONAPA – Resultados Preliminares do Quarto Ano (1968-1969). Belém, **Museu Paraense Emílio Goeldi, Publicações Avulsas**, n. 15, p.37-70. 1971.

MCGUIRE, R.H. & SCHIFFER, M. A Theory of Architectural Design. **Journal of Anthropological Archaeology**. 2, 277-303. 1983.

NOELLI, F.S. O mapa arqueológico dos povos Jê do Sul do Brasil. In **Tommasino, K., Motta L.T., Noelli, F.S., (Eds.)** Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang. Eduel. Londrina, pp. 17-55. 2004.

PADBERG-DRENKPOL, J.A. Misteriosas galerias subterrâneas em Santa Catharina. **Boletim do Museu Nacional, Rio De Janeiro**, 9:83-91. 1933

PREUCEL, R.W. & HODDER, I. Nature and Culture. In: **Contemporary archaeology in theory: a reader**. Editado por Robert Preucel e Ian Hodder. Blackwell Publishing. Oxford. p.23-38. 1996.

REIS, J.A. **Para uma Arqueologia dos Buracos de Bugre: do Sintetizar, do Problematizar, do Propor**. Dissertação de Mestrado, PUCRS: Porto Alegre. 262p. 1997.

RIRIS, P., AND CORTELETTI, R. A new record of pre-Columbian engravings in Urubici (SC), Brazil using polynomial texture mapping. **Internet Archaeology** 38. [http://intarch.ac.uk/journal/issue38/riris\\_toc.html](http://intarch.ac.uk/journal/issue38/riris_toc.html). 2015

ROBINSON, M.; IRIARTE, J.; SOUZA, J. G.; CORTELETTI, R.; ULGUIM, P. F.; FRADLEY, M.; CARDENAS, M. L.; DEBLASIS, P.; MAYLE, F.; FARIAS, D. S. E. Moieties and mortuary mounds: dualism at a mound and enclosure complex in the southern Brazilian Highlands. **Latin American Antiquity**, 2017.

ROBRAHN, E. M. **A ocupação pré-colonial do vale do rio Ribeira de Iguape, São Paulo: os grupos ceramistas do médio curso**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. FFLCH-USP. 1989.

ROGGE, J.H.. Fenômenos de Fronteira: um Estudo das Situações de Contato entre os portadores das Tradições Cerâmicas Pré-Históricas no Rio Grande Do Sul. **Pesquisas, Antropologia**, 62. São Leopoldo: IAP – UNISINOS. 120p. 2005.

ROHR, J.A. Os sítios arqueológicos do Planalto Catarinense, Brasil. **Pesquisas, Antropologia**, 24, São Leopoldo, IAP – UNISINOS. 72p. 1971.



ROSA, R. R. G. O Território Xamânico Kaingang vinculado às Bacias Hidrográficas e à Floresta de Araucária. **Cadernos do LEPAARQ**, v. II, n.4, Pelotas, RS: Editora da UFPEL. p 99-115. 2005.

SALDANHA, J.D.M.. **Paisagem, Lugares e Cultura Material: Uma Arqueologia Espacial nas Terras Altas do Sul do Brasil**. Dissertação de Mestrado, PUCRS: Porto Alegre: 177p. 2005.

SCHEIBE, L.F. **A Geologia de Santa Catarina - Sinopse Provisória**. Geosul (1) p.7-38. 1986.

SCHMITZ, P.I. As Tradições Ceramistas do Planalto Sul-Brasileiro. *Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil*, **Documentos** 02. São Leopoldo, IAP – UNISINOS, p.75-130. 1988.

\_\_\_\_\_, P.I & BECKER, Í.I.B. Os primitivos engenheiros do planalto e suas estruturas subterrâneas: a tradição Taquara. *Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil*, **Documentos** 05. São Leopoldo: IAP – UNISINOS p.67-105. 1991.

SCHMITZ P.I. & NOVASCO R.V. Pequena História Jê Meridional Através do Mapeamento dos Sítios Datados. **Pesquisas, Antropologia**, IAP-UNISINOS, São Leopoldo, 70, p.35-41. 2013.

\_\_\_\_\_, P.I. & ROGGE, J.H . Pesquisando a trajetória do Jê Meridional. **Anais do II CIAEE**. Dourados, MS. 31p. 2012.

\_\_\_\_\_, P.I. et. al. O Projeto Vacaria: Casas Subterrâneas no Planalto Rio-Grandense. **Pesquisas, Antropologia**, 58. São Leopoldo: IAP – UNISINOS. p.11-105. 2002.

\_\_\_\_\_, P.I. et. al. Casas Subterrâneas no Planalto de Santa Catarina – São José do Cerrito. **Pesquisas, Antropologia**, 68. São Leopoldo: IAP – UNISINOS. p. 7-78. 2010.

SHANKS, M. Culture / Archaeology. The Dispersion of a Discipline and its Objects. **In Archaeological Theory Today (Ian Hodder, Ed.)** Polity Press: Cambridge, p.284-305. 2001.

STRECK, E. V. et. al. **Solos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, EMATER/RS, UFRGS Editora. 107p. 2002.

TILLEY, C. Round Barrows and Dykes as Landscape Metaphors. **Cambridge Archaeological Journal** 14:2, 185-203. 2004.

VEIGA, J. **Aspectos Fundamentais da Cultura Kaingang**. Ed Curt Nimuendajú. Campinas. 256p. 2006.

WEATHLEY, D. & GILLINGS, M. **Spatial Technology and Archaeology: the archaeological applications of GIS**. Taylor & Francis Ed. 250p. 2002.

WOLF, S.. **Arqueologia Jê no Alto Forqueta e Guaporé/RS: um novo cenário para um antigo contexto**. Tese de Doutorado. UNIVATES, Lajeado, RS. 353 p. 2016.

ZEDEÑO, M. N. The archaeology of territory and territoriality. **In: Handbook of Landscape Archaeology**. B. David, J. Thomas (org.). Left Coast Press. p.210-217. 2010.



\_\_\_\_\_, M.N. & BOWSER, B.J. The Archeology of Meaningful Places. **In: The Archeology of Meaningful Places. Bowser & Zedeño (Org).** University Utah Press. 1-14. 2009.

**Submetido em: 11/05/2018. Aprovado em: 16/06/2018.**